



ALÉM DAS FAKES NEWS: UMA ESTRATÉGIA PARA DESPOLARIZAR E PROMOVER O DIÁLOGO NAS REDES SOCIAIS

Introdução: o desafio

Vivemos numa época onde uma nova dinâmica de circulação de mensagens políticas na internet criou um novo espaço que não diferencia entre o público e o privado, permitindo formas inéditas de comunicação política, influenciando cada vez mais as pessoas à margem dos meios tradicionais de comunicação – da “praça pública” do Facebook às “mensagens pessoais” dos grupos de WhatsApp. Nesses novos espaços caíram antigas barreiras de entrada e surgiram novos profissionais e técnicas de comunicação.

Tornou-se, assim, possível o uso de toda uma nova gama de ferramentas que reinventaram as técnicas usadas pela propaganda política. O acesso a bancos de dados permite a construção de perfis psicossociais que identificam afinidades, preconceitos e temores dos internautas; robôs enviam mensagens e conseguem ser cada vez mais capazes de interagir com humanos; e até mesmo sofisticados programas permitem falsificar imagens e falas.

As novas tecnologias da comunicação abrem a possibilidade do uso de técnicas complementares: de um lado, elas permitem que os autores das mensagens não possam ser identificados ou se ocultem nas redes sociais em

perfis apócrifos, que protegem os produtores da mensagem das consequências e responsabilização de suas ações. De outro, elas abrem espaços inédito para o mascaramento e a capilarização da propaganda política, por um processo de “infiltração” de notícias externas à razão de existência de um grupo no WhatsApp (grupos de amigos, família, hobbies, e afinidades mais variadas – da profissão ao time de futebol), ou sites aparentemente neutros, ou audiências de “influenciadores”.

A difusão se realiza a partir da combinação de militância formada por núcleos duros e a viralização por aqueles que embarcam e difundem entre pessoas próximas, com efeitos extremamente potentes, pois atrai uma atenção difícil de obter em redes sociais.

A combinação deste cenário com os desenvolvimentos sociais e políticos da última década no Brasil teve um resultado destrutivo sobre o espaço público. O sensacionalismo, a descontextualização, o exagero, a mentira, a deturpação dos fatos, a ofensa, o preconceito, a disseminação de sentimentos de medo, o sentimento de caos, desordem e imoralidade da vida pública, passaram a ocupar um lugar central na propaganda política, orientada por técnicas de guerra psicológica, atuando de forma descentralizada, e projetada para atingir cirurgicamente cada tipo de audiência.¹

Isto porque as pessoas absorvem as informações a partir de uma série de vieses cognitivos – sendo o mais comum o viés de confirmação, que é a tendência de se acreditar naquilo que já acreditamos ou pensamos. Ele é comumente aproveitado por propagandistas para “fazer passar” informações falsas, recrudescendo preconceitos se aproveitando de “atalhos” pré-estabelecidos.²

¹ A título ilustrativo, uma pesquisa sobre o uso do Twitter, publicada na revista Science, identificou que informações falsas espalham 6 vezes mais do que as verdadeiras. Fonte: <https://science.sciencemag.org/content/359/6380/1094>

² Ver Sorj, B., Noujaim, A., *Corações e Mentes: Fora e dentro da Internet*, Plataforma Democrática, 2020, www.coracoeselementes.org

Em contextos de plataformas abertas, esse processo de “infiltração” pode se dar por outras modalidades. São os casos de blogs ou páginas de Facebook criadas por propagandistas, dedicados inicialmente a temas neutros (como, por exemplo, notícias de um time de futebol ou qualquer grupo de afinidade), mas que acabam sendo “ativadas” em épocas de agitação política para apoiar um candidato ou tendência política.

Para lidar com esta nova realidade na circulação de mensagens, o jornalismo tradicional busca se reinventar, dedicando maior espaço a checagem da veracidade das informações e criando plataformas dedicadas a isso. É um esforço necessário e meritório, mas que enfrenta vários obstáculos. Em primeiro lugar, a quantidade de mensagens políticas é descomunal e a checagem de informações é um processo custoso de tempo e recursos. Em segundo lugar, muitas pessoas que recebem a informação falsa se identificam com seu conteúdo e as disseminam sem checar se as informações são verdadeiras. Em terceiro lugar, mesmo quando são pouco críveis ou com evidentes exageros, conteúdos recebidos não deixam de ter impacto no subconsciente do receptor.

A eficácia das “notícias falsas” é que elas são meras peças de propaganda, não tendo real conteúdo informativo. São memes, caricaturas, distorções ou informações “requeitadas” e isoladas do contexto, que tem como objetivo o ataque sistemático e demonização dos oponentes. São peças de propaganda, por vezes disfarçadas de notícia, que buscam ativar um estado de espírito de fechamento emocional e cognitivo a qualquer informação que não confirma determinadas crenças, produzindo um processo de polarização destrutiva do espaço público.

Por uma comunicação que não caia na armadilha

A vida democrática supõe discordância, confronto de ideias e propostas alternativas para a sociedade. Polarização política é parte da vida democrática. De fato, a democracia é o único regime político onde a crítica, a discordância, a denúncia de corrupção ou qualquer outro desmande é possível. A democracia

fica inviabilizada quando o eventual opositor é considerado um inimigo a ser deslegitimado e destruído. A transformação da política democrática em guerra de propaganda que objetiva demonizar o opositor se realiza pela destruição dos princípios de convivência e do debate em torno a argumentos informados que permitem a convivência pacífica de visões diferentes.

Assim, a produção e disseminação sistemática de “*fake news*”, do ângulo que estamos tratando o tema, deve ser entendida como um projeto político de destruição do espaço democrático, e não como simples acúmulo de mensagens isoladas. Seus produtores não estão preocupados com o conteúdo específico de cada mensagem, mas pelo bombardeio constante que afeta tanto consciente como inconscientemente os receptores, e que leva a transformar sentimentos e valores, diminuindo a capacidade de reflexão crítica. O objetivo das *fake news* é a criação de um estado de espírito, um *animus*, que responde a uma visão do mundo que busca uma polarização destrutiva do espaço público democrático, caracterizado pelo fechamento cognitivo e emocional em face de todos os conteúdos discordantes.

Partindo do pressuposto que as novas estratégias propaganda política na internet contribuem para a desinformação/intoxicação do espaço público e a convivência democrática, devemos procurar novos caminhos para enfrentar seus efeitos deletérios.

A maioria dos consumidores e propagadores das *fakes news* não são fanáticos, mas acabam, pouco a pouco, intoxicados por um clima de polarização destrutiva. Como todos nós, eles convivem no seu interior com valores contraditórios. No lugar de entrar no jogo da negação do outro, devemos propor respostas às *fake news* que valorizem a reflexão e valores de convivência e que questionem a polarização.

Desta forma, no lugar de enfrentar as *fake news* entrando em seu jogo, exigindo desmentidos constantes que fazem com que a propaganda política esteja sempre na dianteira (como os vírus eletrônicos), ditando o ritmo e a agenda do debate público, propomos uma estratégia de não aceitar as

provocações que nos levam ao território da polarização destrutiva. Isto exige recuperar nossa capacidade de manter o autocontrole e uma atitude de diálogo cívico, respondendo *fake news* sempre com convites à reflexão, que fortaleçam os valores e a autonomia dos interlocutores, muitas vezes adormecidos pelo impacto das notícias falsas.

Em suma buscamos apontar abordagens de comunicação que, no lugar de “bater de frente” com a desinformação e a intoxicação do debate democrático, contorne as armadilhas da polarização destrutiva.³

As estratégias de destruição do espaço público

Qual é a estratégia de comunicação para levar a sociedade a uma polarização destrutiva? Como se destrói o ambiente democrático e o debate plural? Promovendo uma cultura de intolerância frente a quem pensa diferente e transformando as identidades ideológicas em sistemas completamente fechados ao argumento. As principais estratégias das *fake news* como projeto político são:

- 1) **Demonizar todos aqueles que não são parte do grupo político**, que são considerados “inimigos”, seja do povo, da religião, da família ou da pátria. Eles são alvo de ataques constantes, relacionando-os aos mais diversos vícios, crimes, defeitos de caráter e conspirações, muitas vezes a partir de informação descontextualizada sobre suas vidas, ou associando-os a pessoas de reputação duvidosa, tendo como objetivo destruir o respeito por essas pessoas e, por extensão, as instituições a que pertencem.

³ Ver Combating Fake News: An Agenda for Research and Action, <https://shorensteincenter.org/combating-fake-news-agenda-for-research/>

- 2) **Promover teorias conspiratórias.** As teorias conspiratórias são sempre uma versão paranoica e diabólica do mundo. O conspirador é alguém que está “por trás de”, uma minoria (ou indivíduo) poderosa que se opõe aos interesses da pátria, da família, da ordem, do povo, da nação, da classe, às quais todos os opositores estão, direta ou indiretamente, associados. O papel das teorias conspiratórias é, sobretudo, o de procurar responsáveis externos pelos eventuais problemas que sofre o país e, assim, desviar a atenção das dificuldades do conjunto da sociedade e, em particular, dos erros de seus líderes. A “culpa” sempre é de outros.
- 3) **Homogeneizar e empacotar todos os que discordam como pertencentes ao mesmo grupo,** quando obviamente existem diferenças enormes entre eles. A homogeneização é feita rotulando todos os que discordam como sendo versões da mesma tribo (“comunistas”, “fascistas”, “feministas”), que por sua vez é caricaturada. A homogeneização do “inimigo”, por sua vez, ajuda a criar um sentimento de unidade e comunidade entre os que a ele se opõem. O “inimigo comum” permite canalizar os mais diversos ressentimentos, preconceitos e frustrações de grupos muito variados. Projetando no “inimigo” a responsabilidade pelos mais diversos mal-estares sociais, se simplificam problemas que exigem reconhecer a complexidade dos desafios que a sociedade deve confrontar. Tudo se resume a culpar o “outro” e acreditar cegamente no líder.
- 4) **Mobilizar o medo frente à possíveis transformações sociais,** criando um sentimento de caos, idealizando o passado (quando na verdade, apesar dos desafios, vivemos hoje com qualidade de vida superior, menos opressão de uma variedade de grupos, e mais consciência dos direitos de cada cidadão do que no passado).
- 5) **As tendências autoritárias procuram construir um “novo normal” testando os limites do sistema jurídico e moral.** No novo normal é permitido ofender, mentir, difamar sistematicamente. Se trata de destruir

as normas de civilidade e respeito, transformando em aceitável a agressão constante como forma de ação política. As *fakes news*, mas também as declarações dos líderes políticos autoritários, procuram alargar constantemente os limites do que é civicamente aceitável no debate público. Quando por vezes se força demais e há uma reação pública, é comum que façam um recuo tático, explicando que se tratava de uma piada, que o conteúdo foi retirado do contexto, ou que foi uma fala mal compreendida.

- 6) Deslocar o foco.** A técnica, retirada da retórica, é usada quando o líder erra ou enfrenta um problema, erro ou escândalo, e procura mudar o foco do debate, seja “noticiando” alguma mensagem sensacionalista ou explicando os acontecimentos por uma conspiração.

O que fazer? Algumas diretrizes de ação

Não existe uma solução única para enfrentar as *fake news* como projeto político. Como indicamos, iniciativas **jornalísticas**, incluindo as de checagem de informações, são importantes.

Cabe igualmente uma discussão sobre o que é possível fazer no plano **regulatório**, o que deve envolver abordagens inovadoras, como a proteção de dados pessoais utilizados para o direcionamento de propaganda política na internet.

Um papel central é o esforço de **educação** da população sobre como as *fakes news* são produzidas e mobilizam os preconceitos da população,⁴ e sobretudo atuando no sistema educativo, para formar uma geração de cidadãos com instrumentos emocionais e cognitivos que os protejam da manipulação, dentro e fora da internet.

⁴ Ver, , por exemplo, Sobrevivendo nas Redes
http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Sobrevivendo_nas_redes.pdf

Mas o que propor no plano da comunicação cotidiana? Como responder quando se recebe uma notícia falsa? A seguir elaboramos alguns insights de estratégias e uma proposta prática, no sentido de re-sensibilizar a opinião pública, no terreno que a propaganda atua: dos valores, sentimentos e vieses cognitivos.

Diretrizes para uma comunicação alternativa:

I. Disputar a meta-narrativa que está por trás do conjunto, não de cada uma das informações falsas

Uma primeira diretriz é de que, na comunicação cotidiana, o objetivo principal não é enfrentar as *fake news* individualmente, uma a uma. Uma avalanche de propaganda e memes leva a que o internauta, quando quer responder, caia no círculo desenhado no chão pelos produtores de notícias falsas. Mais ainda, o confronto leva a que as pessoas se fechem nas suas posições, inclusive levando a ofensas mútuas. No lugar de discutir o conteúdo, propomos que em resposta às *fake news* que as pessoas recebem cotidianamente, questionem o meta-discurso, isto é, não o conteúdo específico de cada mensagem, mas indicar os valores que eles promovem e os vieses cognitivos que eles aproveitam. Se trata de interrogar o público, a partir de uma perspectiva democrática, sobre o mundo no qual ele quer viver, os valores que devem ser defendidos e a importância de manter sua autonomia e capacidade de reflexão.

II. Não vale tudo, pois a defesa “de (nosso) bom” não justifica cair no uso de fake news.

A segunda diretriz é que combater a propaganda da polarização destrutiva exige um compromisso democrático e ético, e não pode levar a usar qualquer “instrumento de combate”. Isto significa admitir que *fake news* podem ser encontradas em qualquer ponto do espectro político. A defesa do espaço democrático exige, em primeiro lugar, fortalecer os valores fundamentais, que permitem que se estabeleça uma base para o debate entre visões plurais. Sem ele, qualquer causa democrática não pode existir. Ou seja, a resposta as *fake*

news não deve ter como objetivo defender uma posição política contrária, mas que as pessoas retomem sua autonomia reflexiva.

No contexto brasileiro atual, a principal tendência de polarização destrutiva se concentra hoje na extrema direita, pelo que nos concentramos mais em temas associados a esta tendência, o que não isenta que a proposta desenvolvida seja aplicada sobre qualquer tendência antidemocrática. O processo de polarização é relacional, e necessita ser visto como um problema que atinge todos. Conforme visto em estudos sobre o comportamento político do brasileiro,⁵ a vulnerabilidade de determinados setores à propaganda de polarização à direita pode ter raízes em comportamentos polarizantes e pouco compreensivos praticados por grupos progressistas, por exemplo.

III. Buscar o que nos une

Uma terceira diretriz, consequência da anterior, é que devemos trabalhar revertendo a maré da polarização destrutiva, inclusive enfrentando todas as identidades coletivas fechadas ao contraditório, impermeáveis ao confronto de ideias e de informações.

IV. Abrir mão de arrogância, lacração ou de tratar o outro como inimigo

Uma quarta diretriz para ação é voltada ao tom da resposta a ser dada, em qualquer nível da comunicação. Apesar de existência de identidades coletivas, elas não supõem a anulação da capacidade reflexiva individual. De fato, no interior dos integrantes dos mais diversos rótulos políticos existem indivíduos com posições diferenciadas. Quando rotulamos negamos a diversidade e a possibilidade de diálogo. Devemos nos proteger de rótulos, em particular nas relações pessoais. Rotular transforma a política em guerra, onde o objetivo é desumanizar e no limite destruir o inimigo. **Para enfrentar o desafio não devemos tratar o outro como um inimigo, com posições definitivas. Pelo contrário, devemos lembrá-lo de valores de convivência, que formam**

⁵ Fonte:

<https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/3935/pesquisa-o-conservadorismo-e-as-questoes-sociais-apresenta-resultados-para-o-dialogo-entre-diferentes-setores-da-sociedade>

parte de sua bagagem. Nosso objetivo é defender os valores que sustentam um espaço público plural.

V. Ninguém deve se portar como dono da Verdade

No confronto com as *fake news* é importante sempre lembrar a distinção entre *verdade factual* e a Verdade (isto é, um conjunto de crenças e formas de ver a realidade, dentro das quais os fatos são interpretados). Ela supõe que corresponde a cada indivíduo procurar sua Verdade, que não se reduz aos dados que pesquisadores acadêmicos e jornalistas divulgam depois de passar pelos filtros e checagens necessários. A única Verdade que nos une numa sociedade democrática é o respeito no espaço público da diversidade de opiniões fundadas em fatos e argumentos racionais. Boa parte das iniciativas que buscam confrontar as *fake news*, como indicamos, supõem o que está sendo atacado e está em jogo é (basicamente) a verdade factual. Na realidade, o centro do ataque não é sobre a realidade factual, mas de promoção de uma Verdade que nega a relevância dos fatos e o direito a pluralidade de ideias.

Devemos insistir na rejeição da mentira, no papel da curiosidade e da aprendizagem. Isto exige confrontar as pessoas com sua capacidade de reflexão para promover um debate informado entre visões plurais. O pressuposto deve ser que as pessoas têm o direito legítimo de interpretação dos fatos, mas não aceitam mentiras nem a destruição da convivência democrática.

VI. O lugar da conversa influencia: prefira ambientes onde o incentivo à performance de grupo é reduzido

As redes sociais abertas, como Twitter, Instagram, o YouTube ou o Facebook, incentivam a performance de grupo por meio de suas ferramentas de “retuite”, “curtidas” e etc. Estas “praças públicas” online se diferenciam das “salas de estar” dos grupos e das mensagens privadas. Isso precisa ser levado em conta na hora de realizar o enfrentamento da polarização destrutiva. É necessário pensar permanentemente no local que a conversa está se passando, dando preferências à ambientes nos quais o incentivo performático é reduzido. O uso

dos grupos privados é utilizado para a disseminação de ataques e informações falsas justamente pelo motivo de que ele passa pela constituição de redes de confiança informais. Ele também ajuda a segmentar a audiência, pois suas informações não estarão disponíveis a quem não é do grupo. Estas características devem ser aproveitadas para desenvolver uma comunicação cívica e democrática.

VII. Se for desmentir, pesquise fontes que façam parte do mundo do interlocutor

Se a necessidade de desmentir for premente, por conta de ocorrer dano imediato devido à disseminação da (des)informação, por exemplo, uma das poucas diretrizes que podem funcionar é buscar fontes e vozes que sejam compatíveis com a audiência escolhida.

VIII. Ter claro o objetivo: Reconstruir o espaço público democrático

Identidades coletivas são parte da vida social. Todas as identidades, religiosas, nacionais, políticas ou esportivas, criam lealdades e valorizam as opiniões e a trajetória do próprio grupo, torcendo que tenham sucesso. Certamente não temos a mesma predisposição frente a outros grupos da que temos em relação ao nosso.

Na vida democrática as identidades coletivas não desaparecem, mas se cria um ambiente de comunidade de cidadãos livres, que participam do espaço público, sustentado nos valores de liberdade, convivência pacífica e respeito a pluralidade. O espaço público democrático, portanto, não elimina as identidades coletivas, mas elas passam a se sustentar em indivíduos que mantem sua autonomia reflexiva, e, portanto, sua lealdade a grupos não implica em perder a capacidade de se relacionar com outros argumentos. Neste sentido, o confronto com as *fake news* deve se basear na construção de uma identidade coletiva nacional democrática que aceita a diversidade de “tribos”, formadas por indivíduos, que compartilham um espaço público comum.